

PERSPECTIVA

Um itinerário indigenista em busca da informação dos povos indígenas

Por **Rodrigo Piquet Saboia de Mello**
rodrigopiquetuff@hotmail.com

Neste ensaio, farei breves pontuações do que têm sido reflexões e escritos intelectuais nos meus últimos anos: a produção documentária dos povos indígenas, alicerçada na formação de acervos institucionais por agências do Estado brasileiro. Desde um primeiro piscar, é possível imaginar que povos indígenas antes alijados do processo informacional e documentário contemporâneo estão imersos em diversos desdobramentos empoderadores a partir do manejo de recursos em repositórios custodiados por instituições públicas e por organizações idealizadas, fomentadas e sedimentadas por estes próprios povos.

Neste mesmo diapasão, é muito razoável supor tamanho processo poderoso de autonomização e dinamização dos indígenas. Mesmo em momentos de grande turbulência política, como vista nos últimos anos no processo de proteção e salvaguarda da política indigenista brasileira, muito foi realizado no sentido de mobilização política e na participação de outras organizações de nossa sociedade civil. Em minha trajetória profissional,

pude testemunhar em diversas ocasiões como o processo de visibilidade criada por povos indígenas garantiu não somente a produção de documentos probatórios vinculando práticas culturais, ocupações territoriais e, por fim, a sua existência como grupos que detêm especificidades únicas e que devem não somente ser preservadas e promovidas, como também para que recebam permanente atenção por políticas públicas e por instituições de Estado, como pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas, mais conhecida como FUNAI.



PERSPECTIVA

Importante ressaltar que a FUNAI teve recentemente o seu nome alterado justamente para atender a demanda que os povos indígenas tinham com o fito de atualizar o conceito da organização estatal. Isto representa não apenas uma mudança de nome, mas o reconhecimento do protagonismo indígena na formulação de políticas públicas e na gestão de informações do seu interesse.

Ainda no âmbito da FUNAI, a pouco tivemos outro marco da força da união dos povos indígenas: pela primeira vez na história da centenária política indigenista brasileira idealizada pelo ilustre Cândido Mariano da Silva Rondon, mais conhecido como Marechal Rondon, está na Presidência da Fundação uma mulher indígena: Joenia Wapichana. Ou seja, os povos indígenas na representação de uma indígena da etnia Wapichana estão na proa da gestão da política acerca dos povos indígenas do país, não sendo pessoas estranhas à temática indígena ou pior: gestores com interesses escusos aliados a pautas que em nada acrescentaram a proteção dos povos indígenas e seus territórios.

Retornando um pouco à questão informacional e trazendo a lume alguns elementos históricos da Ciência da Informação, é sempre importante lembrar que quando nos referimos à informação estamos relacionando ao

conceito de poder no sentido mais amplo. Desta maneira, quem detém a informação, e o seu manejo, consegue tomar melhores decisões, influenciar, manobrar (no sentido positivo da palavra) recursos.

Mais concretamente no sentido da ação indigenista, quando grupos indígenas requerem a identificação de um dado território, um dos principais elementos nos estudos preliminares a serem levados a efeito é a busca em arquivos a ocupação dos mesmos.

Ora, quando arquivos históricos não estão organizados ou mesmo sob gestores pouco coadunados com os anseios dos povos indígenas, significa que a possibilidade da confecção de um relatório de natureza antropológica refinado é de remota possibilidade. Logo, a informação etnológica deverá estar à disposição de todos os interessados na temática.

Refletir sobre a informação e os povos indígenas é também lembrar não somente dos feitos de indigenistas históricos, como Rondon e sua Comissão ou Darcy Ribeiro, mas também de líderes indígenas que faziam do registro informacional a sua luta documentária.

Mario Juruna, primeiro deputado federal indígena eleito na história da República brasileira, utilizava o seu gravador a tiracolo com o objetivo de registrar e confrontar os acordos feitos

PERSPECTIVA

e não cumpridos pela elite política brasileira.

À guisa de conclusão, é possível crer que o protagonismo indígena, a luta por seus direitos e o uso da informação em seu benefício é um processo em curso inexorável e de grande importância para a sociedade brasileira.

Portanto, outras substâncias de se fazer o indigenismo estão emergindo, se tornando um desafio para todos aqueles que tratam a informação etnológica como instrumento de ofício.

Percalços sempre existirão na luta pelo direito, principalmente pelo direito à informação dos povos indígenas, porém como afiançava o grande navegador J. Slocum: “O que seria do mar se não houvesse ondas selvagens?”.

Sobre o autor

[Rodrigo Piquet Saboia de Mello](#)

Indigenista Especializado da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), lotado no Núcleo de Informação Científica (NUIC) do Museu do Índio, com atuação na Corregedoria. Professor de Sociologia da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

Doutor e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialista em Gestão em Administração Pública pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense. Especialista pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro no Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica com Ênfase em Ensino de Sociologia. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense.

Redação e Foto: Rodrigo Piquet Saboia de Mello

Diagramação: Herta Maria de Açucena do Nascimento Soeiro